

A INFLUÊNCIA DO URBANISMO PORTUGUÊS NA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE CÁCERES-MT

THE INFLUENCE OF PORTUGUESE URBANISM ON THE FOUNDATION OF THE CITY OF CÁCERES-MT

RESUMO: Este artigo busca compreender o desenho urbano desenvolvido para Vila Maria do Paraguai, atual cidade de Cáceres-MT, localizada entre a vila capital Vila Bela da Santíssima Trindade e a vila Real Cuiabá na capitania de Mato Grosso. Através de análise de mapas e revisão bibliográfica, nota-se que o desenho da vila foi desenvolvido seguindo as métricas características dos desenhos urbanos pombalinos, com ruas ortogonais, tendo como ponto de partida a praça central.

PALAVRAS-CHAVE: desenho urbano, morfologia urbana, Marquês de Pombal.

ABSTRACT: This article seeks to understand the urban design developed for Vila Maria do Paraguai, current city of Cáceres-MT, located between the capital village Vila Bela da Santíssima Trindade and the village Real Cuiabá in the captaincy of Mato Grosso. Through the bibliographic review, it is noted that the design of the village was developed following the characteristics of Pombaline urban designs, with orthogonal streets, having the central square as a starting point.

KEYES-WORD: urban design, urban morphology, Marquês de Pombal.

INTRODUÇÃO:

A ocupação do território brasileiro, pela Coroa Portuguesa, foi resultado de várias estratégias, sendo a mais importante a fundação de cidades. Talvez, até se possa dizer que todas as estratégias para a conquista do território eram as cidades. Na época da conquista das terras brasileiras, a Europa já tinha estabelecido os fundamentos daquilo que seria a cidade e começava a pensar os princípios do urbanismo. Na Europa Renascentista, as cidades começavam a se organizar de forma mais racional, reorganizando o pensamento do período que passou a ser considerado como Idade Média, distanciando-se da organicidade medieval que se conformava aos contornos do terreno, ajustando-se à sua topografia. No período do “descobrimento” do Brasil – Renascimento Europeu -, iniciava-se a Idade Moderna, período de muitas mudanças sócias, políticas, econômicas e culturais, ampliando a visão de mundo e propondo novos paradigmas, o que permitiu as grandes expedições marítimas e o desvelamento de novas terras e de novos povos, como as Américas, por exemplo. O novo mundo americano foi descoberto na Era Moderna. Já nasceu moderno, ao menos aos olhos e compreensão de seus “descobridores”, que desconsideravam seus povos nativos, suas estruturas sociais, suas culturas e suas formas de habitar. Descreviam, em suas cartas a seus Reis, a

presença de seres – que os europeus não sabiam dizer se eram ou não humanos, num primeiro momento. Pagãos, com certeza eram – não comungavam com o Deus cristão e andavam desnudos.

A desvalorização cultural dos povos tradicionais das novas terras invadidas pelos conquistadores, e a ausência de uma estrutura sociocultural de pensamento europeu, permitiu que se considerassem as terras conquistadas como “vazias” – ranço cultural e conceitual que permanece até hoje, nos discursos do poder instituído, principalmente em se tratando dos povos indígenas. A cultura, mitos e crenças; a forma social e sua hierarquia; a agricultura, a pesca e forma de vida, ao serem desconsideradas, não só se perdeu a possibilidade de estudos para a renovação de um mundo que procurava uma atualização na sua organização, buscando renascer; como principiou a morte cultural, primeiro – de uma população de mais de 3,5 milhões de índios (Multirio, sd)³¹⁴, que ocupavam as terras do Brasil com muitas nações e quatro grupos linguísticos-culturais (Tupi, Jê, Aruaques e Caraíba); portanto, destruíram-se povos organizados nas suas estruturas socioculturais. O Brasil foi encontrado em 1500; em 1499, o Reino de Portugal tinha 1 milhão de almas (Rodrigues, 2021)³¹⁵.

Pero Vaz de Caminha chamou os indígenas, em sua Carta ao Rei D. Manuel, de Portugal, de “inocentes” e “bestiais” (Caminhas, 1500)³¹⁶, simultaneamente. Em consequência à “inocência” dos povos indígenas é que o Brasil foi achado, invadido e colonizado pelos portugueses.

Com sua forma de pensar, devendo obediência ao Rei e à Santa Igreja Católica, os conquistadores entraram Brasil a dentro, marcando territórios e dividindo as terras, pertencentes aos nativos, com os espanhóis. Acordos políticos e tratados (Tordesilhas e Madri) pautaram a formação do que seria o território brasileiro.

O fato é que os conquistadores não vieram para entender os povos nativos, mas para ampliar o poder da Coroa, escravizar e cristianizar os povos locais e contrabandear riquezas; logicamente, demonstrando sua soberania e poder/domínio.

³¹⁴ RIO DE JANEIRO, MULTIRIO. Sociedades Indígenas no Brasil no Século XVI. Disponível: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/soc_indigenas.html; acesso: 03/03/2022; 8:00

IBGE. Território brasileiro e o povoamento: história indígena: os números da população indígena. Disponível: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/os-numeros-da-populacao-indigena.html>; acesso 03/03/2022; 9:00.

³¹⁵ RODRIGUES, Teresa. Portugal nos séculos XVI e XVII: Vicissitudes da dinâmica demográfica. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal.%26quot%3B/pt/publicacoes/colecoes/working-papers/populacao-e-prospectiva/portugal-nos-seculos-xvi-e-xvii.-vicissitudes-da-dinamica-demografica/Portugal-nos-seculos-XVI-e-XVII-Vicissitudes-da.pdf>; acesso 01/03/2022; 15:00.

³¹⁶ CAMINHA, P.V. 1500. Carta a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. Disponível em: https://purl.pt/162/1/brasil/obras/carta_pvcaminha/index.html; acesso: 03/03/2022; 10:00.

MINISTÉRIO DA CULTURA, RJ. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf; acesso: 03/03/2022; 9:00

Os colonizadores vieram de uma Europa já acostumada com a ideia de cidade e não compreenderam a organização socioespacial dos indígenas que não tinham líderes, mas pessoas – pajés, guerreiros - que eram referências nas tribos, e as tarefas cotidianas eram divididas entre os afazeres masculinos e os femininos. Esse tipo de convivência comunitária, não se dava na Europa conquistadora e individualista, voltada para as conquistas. Os colonizadores portugueses e espanhóis não perceberam que as habitações feitas com materiais locais, como as folhas de palmeiras, e a falta de portas, janelas e divisões internas eram salubres para o clima local; a aldeia circular e o pátio central aproximavam os seus moradores, dando-lhes igualdades sociais. Para o europeu crescido nas desavenças, conquistas, poder e em busca de importância social, essa igualdade ingênua, e porque não dizer “crística”, era incompreensível. Isso dificultou um pouco os avanços dos europeus pelo interior do Brasil, porque poucas foram as nações indígenas conquistadas pelos portugueses. Os índios que viviam no interior, mata adentro, eram mais ariscos e mais difíceis de serem capturados, dificultando inclusive as delimitações de territórios,

O território brasileiro começou, pela estratégia dos colonizadores, a ser pontuado por cidades, que cresciam em meio às matas e florestas; nos lugares mais recônditos do litoral; em meio ao sertão ou na mata fechada surgia uma cidade. Araújo (2000) diz que esse contraste entre mato/selva e cidade é a base do processo de urbanização da Amazônia e de Mato Grosso, tendo como marco fundamental o Tratado de Madri (1750)

[...] mais do que em qualquer outra região do Brasil, as cidades representavam elementos discursivos enfáticos da relação de domínio sobre o território que se pretendia estabelecer ou, antes, reivindicar. E a decisão de as fazer, várias, e no mato, implicou uma importante e significativa mudança na leitura do próprio território. (Araújo, 2000, 42)³¹⁷.

As cidades que começam a surgir no Brasil independem das ingerências eclesiásticas, e, mesmo que tenham, ainda, uma dependência do Rei, tornam-se motores do desenvolvimento da região em que estão implantadas e estabelecem relações comerciais entre si, com a capital da província e com a Coroa, adquirindo, aos poucos, sua autonomia, começando o desenvolvimento de uma cultura urbana, que será muito singular no Brasil; haverá uma miscigenação incomum para os olhos do europeu. As cidades brasileiras são entendidas pela coroa, como projetáveis; assim, os desenhos das cidades vinham prontos, tendo que ser adequados aos terrenos de implantação, em

³¹⁷ ARAÚJO, R.M. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: Discurso e Método**. Lisboa. Tese de doutoramento. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 606p, 2000.

alguns casos, seguia-se o método menos racional, de uma conformação a partir da geografia do lugar, isto é, seguia-se as curvas do terreno, conforme o modelo medieval – uma estrutura mais orgânica.

Pode-se entender essas premissas como sendo as que orientaram a formação das cidades no território brasileiro, que mesmo sendo projeto de expansão territorial, eram pensadas para terem autonomia, enquanto definidoras de territórios e gestoras de riquezas para a coroa. Na época do descobrimento, o ponto frágil do território brasileiro era a região da Amazônia e de Mato Grosso, sendo este o que interessa para esta reflexão, fazendo com que a preocupação do Rei de Portugal se voltasse para esta região. Daí, Vila Maria do Paraguai se tornar ponto estratégico na ocupação do território de Mato Grosso.

Fundação de Vila Maria do Paraguai

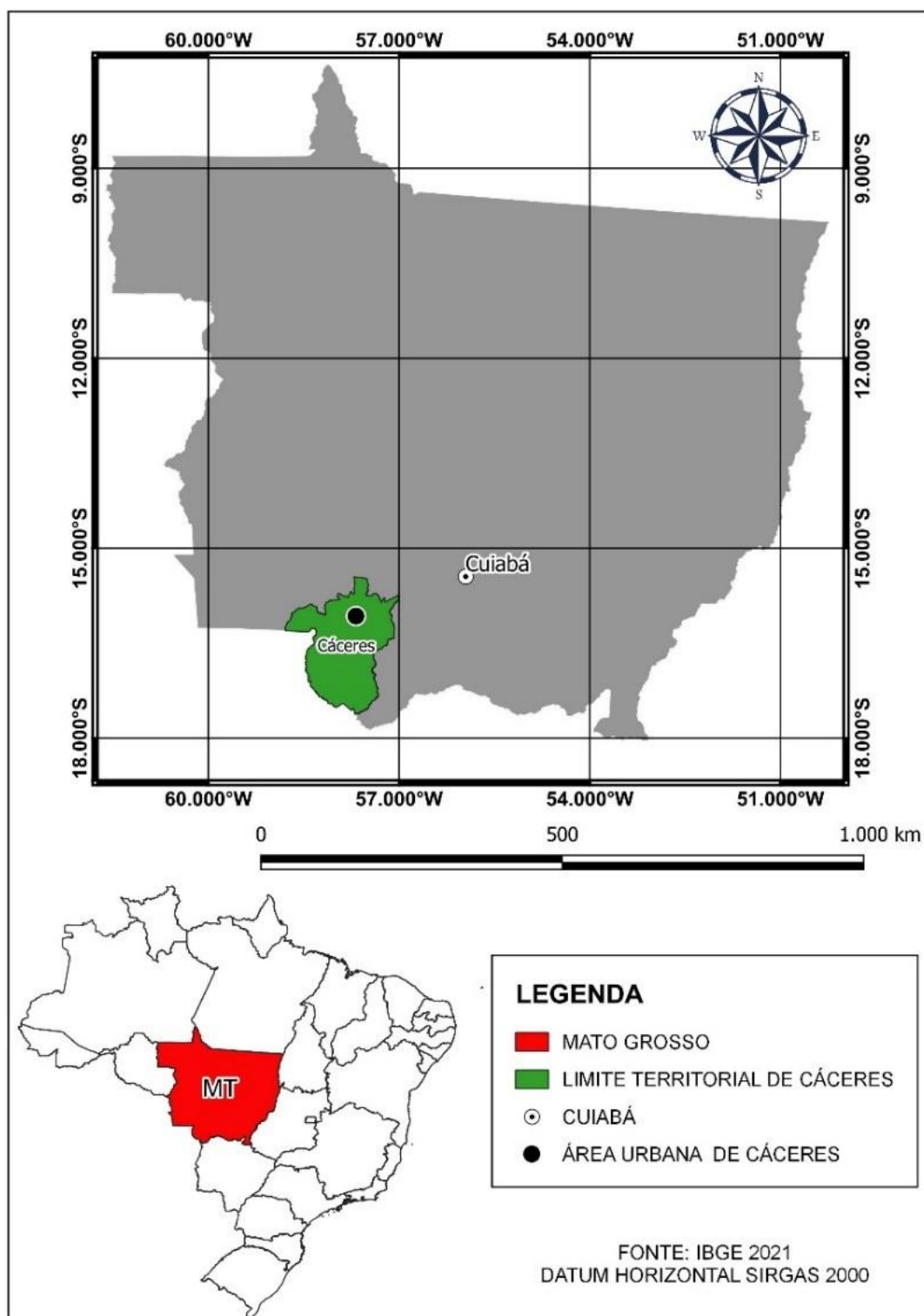
O desenvolvimento das cidades no território mato-grossense tem início antes da aprovação do tratado de Madrid em 1750. Segundo Araújo (2000), a criação da capitânia de Mato Grosso tinha um cunho predominantemente de domínio sobre o território que se pretendia estabelecer e reivindicar, causando uma importante e significativa mudança na leitura do próprio território. Diante desse quadro, a coroa portuguesa desejava por meio da criação do Governo na capitania de Mato Grosso, que a sua Colônia fosse tão poderosa que pudesse conter os vizinhos espanhóis impondo-lhes respeito, servindo de antemural a toda a região interiorana brasileira.

Ainda sobre os aspectos colonizados da capitânia de Mato Grosso, Araújo (2000) ressalta a sua importância, descrevendo que ocorreu assim como para outras situações, o processo de colonização desta área continha um suporte jurídico-institucional, em que a vila detém um papel preponderante, desempenhando um papel político sobre a ocupação do território.

Em meio aos pontos urbanos criados pela coroa portuguesa para defender e delimitar suas terras, Vila de Cuiabá e a nova capital da província de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade³¹⁸, o então governador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres desenvolve a Vila Maria do Paraguai. Posicionada a cinco léguas do antigo Marco do Jaurú. Na figura 01 é apresentado a localização da antiga Vila Maria do Paraguai, que hoje possui o nome de Cáceres.

³¹⁸ Vila bela da santíssima Trindade foi fundada em 1752, pelo governador Antônio Rolim de Moura as margens do rio Guaporé como proteção do território da capitania de Mato Grosso a pedido da Rainha D. Maria de Portugal, e perdeu o seu posto como capital em 1835 para a Vila Bom Jesus de Cuiabá como a nova Capital.

Figura 01: Localização geográfica de Cáceres-MT antiga Vila Maria do Paraguai



Fonte: IBGE 2021, modificado pelo Autor 2022.³¹⁹

³¹⁹ IBGE. **DOWNLOADS**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 07/11/2021, 15:46:14.

A criação desta vila auxiliaria a comunicação entre Vila Capital e a Vila Real, além de favorecer as relações comerciais entre ambas, servindo de apoio aos transeuntes. Mas os fatores que possibilitaram o desenvolvimento desta vila não cessam neste ponto, pois ela teria uma importante função estratégica, devido a sua localização, próxima às antigas missões jesuítas na região de Chiquitos, tornando-se também um importante fator na demarcação da fronteira (Moraes, 2003)³²⁰.

Sua localização era especial, pois, além da presença do rio Paraguai e seus afluentes, à terra era plana com solo arenoso e fartas pastagens, possibilitando a criação de gado e, principalmente, a pesca, desta forma a vila teria bastante subsídio para se manter. Embora Moraes (2003) ressalte que nesse primeiro momento a Vila não estava voltada para o rio Paraguai, por pertencer aos espanhóis, o que impedia os portugueses de navegarem por este rio, mesmo assim, o rio se torna importante para a constituição deste espaço, tanto por delimitar as fronteiras quanto por fornecer alimento para os seus habitantes.

Fundada em 6 de outubro de 1778 com o nome de Vila Maria do Paraguai, não passava de uma freguesia, constituída apenas por um povoado centrado em torno da igrejinha de São Luiz de França (Ferreira, 2017)³²¹. Não possuía em sua composição elementos necessários como a Câmara Municipal, a vereança eleita, a presença de oficiais municipais, o pelourinho e a cadeia, para poder ser considerada uma “vila”, mesmo assim havia ganhado este título desde sua fundação (Chaves, 2011)³²².

A pequena freguesia que se tornaria Vila Maria do Paraguai foi implantada primeiramente por Luiz Pinto de Sousa Coutinho com função de proteger e vigiar a fronteira, servindo também como destacamento militar para o controle alfandegário do comércio de ouro, e ponto de descanso e parada para aqueles que deslocavam da vila Real, Cuiabá, até à vila Capital, Vila Bela da Santíssima Trindade.

Cavalcante (2015) ao analisar e comparar a localização e a funcionalidade de Vila Maria em relação às outras vilas criadas na capitania de Mato Grosso e Cuiabá e, principalmente, às vilas criadas pelo governador Luiz de Albuquerque, conclui que esta vila “insere-se na política de extensão de

³²⁰ MORAES, M.de F.M.L. **Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste 1778-1801.** Cuiabá-MT, Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso, 2003, 141p.

³²¹ FERREIRA, E. **Cáceres: histórico, desmembramentos e a questão regional do Sudoeste Mato-Grossense.** Ciência Geográfica, 2017, 21(1):222-238.

³²² CHAVES, O.R. **Império português: o marco de Jauru e a povoação fronteiriça de Vila Maria do Paraguai, século XVIII.** In: O. R. CHAVES (org.), *História e Memória: Cáceres*. Cáceres, Editora Unemat, 2011, p. 11-35.

terras e povoamento da mesma na colônia portuguesa com caráter militar logístico de acolhimento de índios como súditos do rei português” (Cavalcante, 2015, p. 53)³²³.

Devem-se, também serem destacadas as reduções (jesuítas) que havia próximos ao rio Paraguai, Souza (2016) salienta que as reduções poderiam estar longe do local onde seriam implantadas as vilas ou cidades, porém, o trabalho de catequizar os índios servia como um controle da população indígena, facilitando o processo de urbanização. Para os jesuítas os índios não possuíam racionalidade social e cultura, por esta razão tinham como propósito pacificar e orientá-los. No caso dos jesuítas espanhóis, “o objetivo era civilizar para criar força de trabalho e desenvolver as cidades” (Souza, 2016, p.120)³²⁴. Esta pode ser uma das razões do acolhimento da coroa portuguesa aos índios castelhanos que vinham das missões jesuíticas espanholas.

Sobre as reduções, jesuítas a autora complementa:

As reduções não foram povoadas isolados para a proteção indígena, mas um sistema territorial integrado, de filosofia própria, planejada, que buscava povos cultivadores e a transmutação psico-mental, eliminando seus antigos costumes, suas antigas crenças e impondo a “vida cristã” ou a vida de “escravo de Deus”. O jesuíta não defendia o indígena, mas o ideário utópico de um novo sistema de vida, sem individualização do ser, apenas almas convertidas e reduzidas a condição de rebanho de Deus, sendo o jesuíta o seu pastor (Souza, 2016, p. 121).

No caso de Vila Maria não foram encontrados documentos que relatam que o aglomerado urbano existente anteriormente fosse uma redução jesuítica, no entanto, as reduções jesuíticas espanholas existentes próximas ao local podem ter ajudado no processo de urbanização.

O conhecimento desta freguesia chegou a Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres no ano de 1772 enquanto ele realizava uma viagem de Cuiabá à Vila Bela, com o objetivo de assumir seu mandato de governador da capitania e capitão-general. Moraes (2003) ao estudar o diário e as cartas redigidas pelo então governador, salienta que ele havia ficado deslumbrado com a vista principalmente com a beleza do rio Paraguai, porém, seu olhar ia além da beleza que a natureza proporcionava “o novo governador já idealizava a fronteira” e em suas palavras pode-se observar também que as missões jesuítas tornam-se um fator a mais para a consolidação da vila:

³²³ CAVALCANTE, R. A. **Fundação de Vila Maria com a presença Chiquitana: os povoadores da fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso (1778-1827)**. Porto Alegre-RS. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. 2015. 150p.

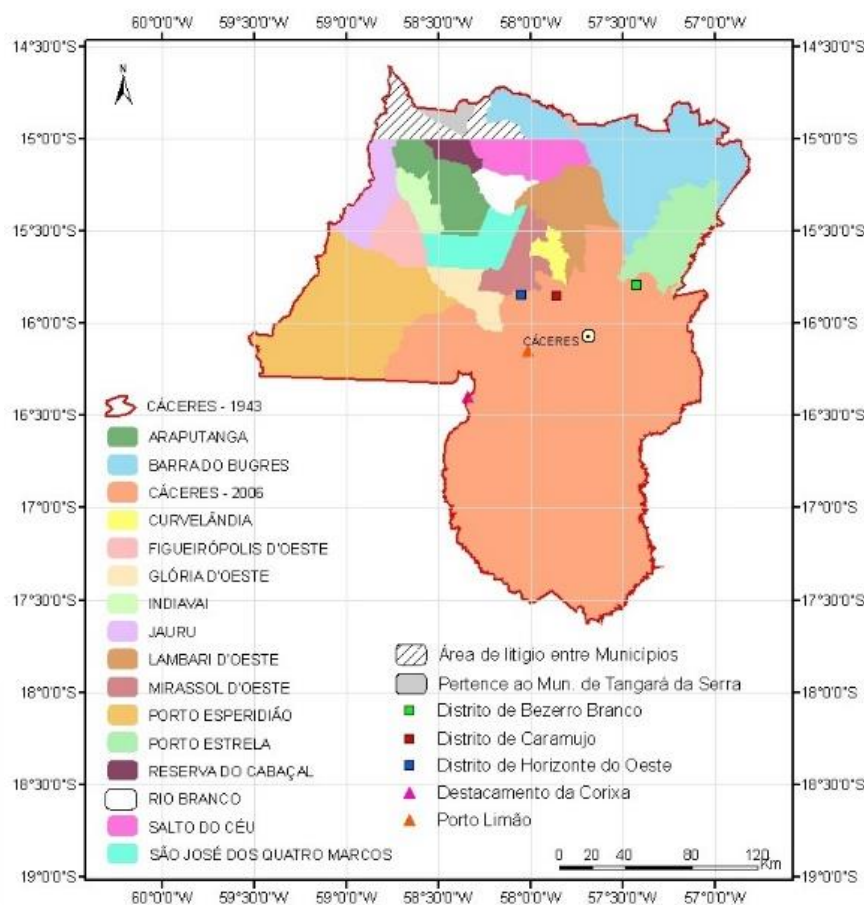
³²⁴ SOUZA, A. de S. **Lógica de organização territorial Guarani e as sobreposições produzidas pelos processos de urbanização**. Campinas-SP, Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), 2016, 266 p.

Seguramente foi nesta ocasião que vislumbrou a fundação de Vila Maria não uma vila entre tantas outras, mas o espaço ideal para Portugal consolidar sua presença no ocidente da capitania de Mato Grosso e Cuiabá, na fronteira imediata com as famosas missões jesuítas de Moxos e Chiquitos. (Moraes, 2003, p. 35-36)

Embora houvesse outras fazendas em seu entorno, como a do Sangrador, fazenda Jacobina e a Fazenda Ressaca que tinham um grande poder aquisitivo e grandes extensões territoriais, aquela freguesia havia chamado a atenção do governador e por fim decidiu fundar ali Vila Maria do Paraguai.

A área do território que pertenceria à Vila Maria seria formada por uma parte doada pela paróquia de Vila Bela e outra parte doada pela paróquia de Cuiabá, sendo delimitada da seguinte forma: os limites ao norte se estenderiam do rio Jaurú até o Rio Paraguai, os limites ao sul seriam firmados pela vila de Albuquerque, o lado leste iria do Sangrador do Melo até o Rio Paraguai e o lado oeste iria até à fronteira com a Bolívia; ou seja, o território pertencente à Vila Maria do Paraguai não seria só a vila, mas também teria como parte do seu território as fazendas que houvessem dentro de sua delimitação. A figura 02 apresenta a composição territorial de Vila Maria do Paraguai (Cáceres-MT) até 1943, pois a partir desta data começam a acontecer emancipações políticas de algumas cidades, diminuindo a sua área territorial. Ao todo até 1998 foram emancipadas 15 cidades.

Figura 02: Território de Vila Maria de Paraguai até o ano de 1943 e a composição das cidades que emanciparam do seu território até 1998



Fonte: Neves, 2008.³²⁵

Análise do desenho urbano de Vila Maria do Paraguai

As características físicas do espaço geográfico e o desenho do traçado urbano em que as vilas são implantadas, são elementos relevantes nas cidades de origem portuguesa. O primeiro apontamento ao escolher o espaço está na presença de cursos de água e as linhas de cumeeada. Os rios não apenas significavam uma fonte de subsistência da população, mas também representava a delimitação de territórios. Outro fator estava relacionado com as funções que o núcleo urbano desempenharia. Acrescenta-se a estes fatores a característica física do sítio, que deveria possuir condições adequadas, destacando a topografia, a insolação, a direção dos ventos, as fontes de água

³²⁵ NEVES, R.J. **Modelagem e Implementação de Atlas Geográficos Municipais: Estudo de Caso do Município de Cáceres-MT**. Rio de Janeiro-RJ, Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008, 184 p.

potável, a qualidade do solo e as qualidades defensivas; em sua maioria, definiam a escolha pelos terrenos elevados, dos quais poderiam ser observados os arredores (Teixeira, 2012)³²⁶.

Nos pontos mais visíveis do local eram implantados os principais edifícios da cidade como as igrejas, Casa da Câmara e pelourinho; estes locais, muitas vezes, se tornavam ainda mais importantes com o desenvolvimento da praça em seu entorno. A partir deles, o desenho da cidade se desenvolvia e as ruas ganhavam suas formas, tendo como principal fonte as linhas de cumeadas e as linhas de vale fazendo com que elas se desenvolvessem naturalmente. Ao buscar desenhar a cidade tendo como base a geografia do espaço, no desenho urbano português, a cidade tornava-se facilmente legível e de fácil orientação. A rua Direita era um importante fator neste processo construtivo, pois por meio dela iam se construindo importantes habitações, como a casa do governador. A praça da cidade era implantada no encontro dessa via Direita com outra via que a cortava e que dava acesso ao interior do núcleo urbano, neste espaço poderiam estar implantados também alguns dos principais edifícios como a igreja e o pelourinho (Teixeira, 2012).

A figura 03 mostra uma análise realizada por Manuel C. Teixeira (2012) em que a partir do mapa da Cidade de Salvador elaborado por João Teixeira Albernaz (1631) ele aponta as principais ruas, a praça e a igreja. Em vermelho, o autor destaca a muralha erguida ao redor da cidade, em amarelo o centro urbano, em laranja e vermelho os principais edifícios da cidade como as igrejas, edifícios políticos, militares e praças urbanas e em azul as vias estruturantes que interligavam as principais edificações.

Figura 03: Análise do mapa da cidade de Salvador (1631) por Manuel C. Teixeira



Fonte: Teixeira (2012).

³²⁶ TEIXEIRA, M.C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo, Editora Unesp, 2012, 208p.

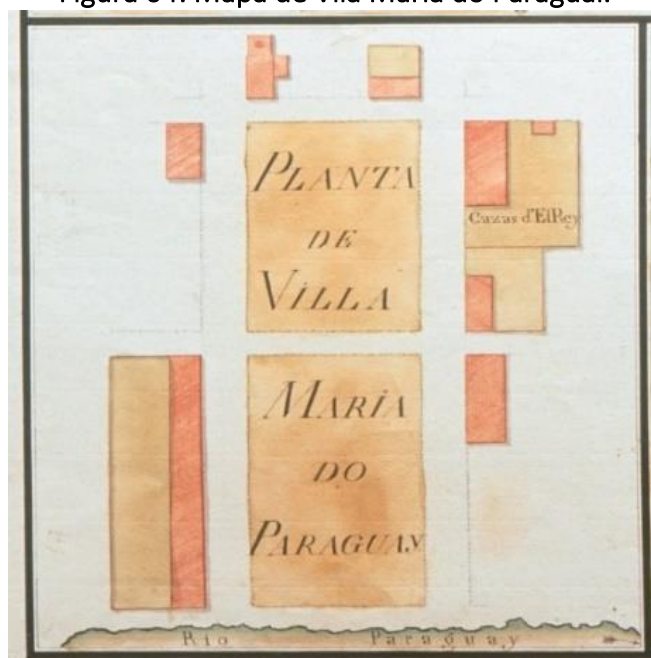
Manuel C. Teixeira sobre o desenho colonial português defende que:

As relações de poder e a ordem hierárquica da sociedade estavam assim embebidas na estrutura urbana, por meio da proeminência que era dada a tais instituições no perfil da cidade. Esses edifícios eram, por sua vez, ligados por caminhos que se sobrepunham às linhas naturais do território – as linhas de cumeada e as linhas de vale-, as quais se tornavam as principais ruas da cidade. Nos extremos dessas vias estruturantes, ou em seus pontos de confluência, de divergência ou de inflexão, associados aos edifícios singulares que se implantavam nesses pontos notáveis, geravam-se espaços urbanos com características de centralidade, que habitualmente se traduziam em praças urbanas. (TEIXEIRA, 2012, p. 41-43).

O Desenho Urbano Português, em que Vila Maria do Paraguai se enquadra, faz menção aos projetos urbanos desenvolvidos após a segunda metade do século XVIII, denominados como Planos Pombalinos, pois foram inspirados na política urbanizadora de Pombal, possuíam estruturas ortogonais, revivendo os temas do urbanismo clássico, a praça sendo o elemento central, em alguns casos possuindo até mais de uma praça, regularidade no traçado e arquitetura uniforme (Teixeira, 2012). Mas também não foge das regras utilizadas para os desenhos urbanos implantados antes do Plano pombalino, como no caso de Salvador.

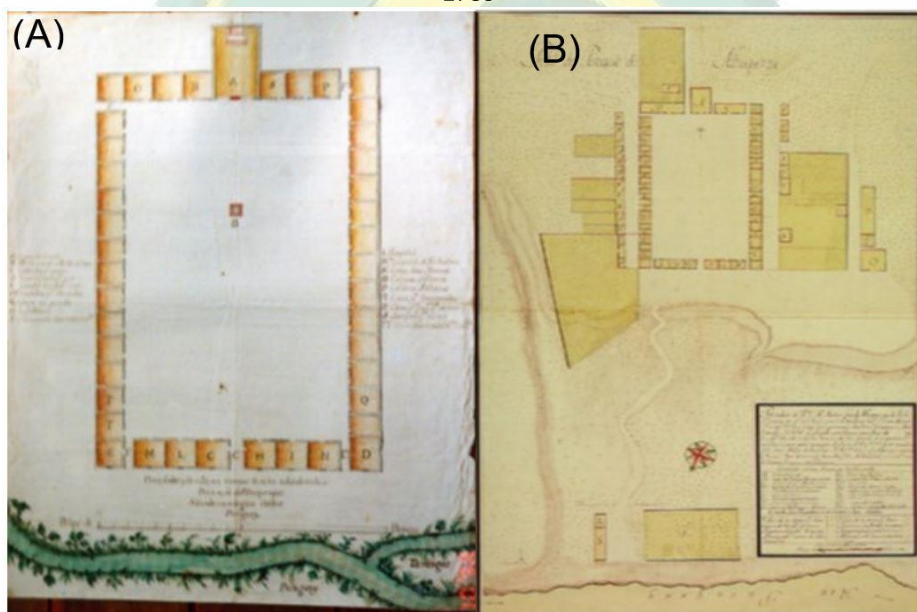
Quando analisado o padrão urbanístico de Vila Maria do Paraguai (figura 04) percebe-se que este seguia uma perfeita padronização e regularidade que vinha sendo implantado no Brasil colonial desde o início de sua ocupação, no governo de Tomé de Souza, e seguindo com veemência no governo de Marquês de Pombal. O governador da época, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, buscou seguir a regularidade e padronização, também observada nas implantações de outras vilas na capitania de Mato Grosso como Vila de Coimbra e Vila de Albuquerque (figura 05), não deixando de mencionar também Vila Bela da Santíssima Trindade (figura 06) fundada em 1752 pelo governador Antonio Rolim de Moura.

Figura 04: Mapa de Vila Maria do Paraguai.



Fonte: Moraes, 2003.

Figura 05: Vila de Albuquerque antes e depois da intervenção de sargento Mor José Antônio Pinto de Figueredo em 1783



Legenda: (A) Desenho Urbano Inicial. (B) Projeto Urbano após intervenção em 1783.

Fonte: Casa da Insua in Araújo, 2012. Adaptado pelo autor.

Figura 06: Plano Urbano de vila Bela da Santíssima Trindade



Fonte: Araújo, 2000.

Estas características buscavam seguir em seu desenho uma malha urbana em xadrez com um grupo de casas alongadas, com intenção de servir como defesa do território. Este modelo urbanístico é defendido por Moraes (2003) e Cavalcante (2015) como o fruto das influências iluministas nos projetos urbanos, para defenderem tal hipótese as autoras utilizam os estudos realizados de Kenneth Maxwell (1996) e Delson (1997) que confirmam esta influência.

O traçado em Xadrez ou hipodâmico não é uma particularidade do desenho urbano português ou do estilo pombalino, seus primeiros registros datam de 2000 a.C. na cidade de Ur na Mesopotâmia, também pode-se citar a cidade de Mileto reconstruída pelo filósofo Hipódamo de Mileto na primeira metade do século V, após a cidade ser destruída pelos persas. A cidade não possuía apenas uma malha ortogonal em sua estrutura, apresentava também uma espécie de zoneamento. Na antiga Roma seus desenhos urbanos possuíam dois traçados ortogonais principais chamados de cardus e decumanos maximus, e também na idade média as cidades eram dispostas neste formato (Silva *et al.*, 2019)³²⁷.

A retomada do desenho hipodâmico ressurgiu em Portugal em 1755 quando a cidade de Lisboa é devastada por um terremoto; para a sua reconstrução o secretário de Estado Português, Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal, utilizou-se deste formato, alterando apenas a dimensão das quadras que passariam a ser retangulares e não quadradas e a altura dos edifícios se limitariam a larguras das quadras. O traçado foi projetado em uma malha ortogonal Norte-Sul e Leste-Oeste, desta regularidade resultavam em um conjunto de quadriláteros

³²⁷ SILVA, *et al.* **Evolução urbana da cidade de Piracicaba: a influência do urbanismo pombalino na formação territorial.** In: Congresso Nacional de Iniciação Científica, 19º, São Paulo, 2019. *Anais...* São Paulo, Conic-Semesp. 7: 1-22.

que se subdividiam em lotes com seus logradouros em seu interior. Este acabou se tornando a base para o desenvolvimento do desenho das vilas e cidades no Brasil, pois além de ter uma divisão urbana satisfatória, facilitava a circulação e eventual fuga dos habitantes em caso de catástrofes ou, no caso do Brasil, invasões dos espanhóis. Mais tarde, o modelo Hipodâmico ficaria conhecido como desenho pombalino (Silva *et al.*, 2019).

O desenho urbano pombalino marcou diversas cidades do interior de São Paulo e do Oeste brasileiro, principalmente as pequenas aglomerações humanas, que serviam de pouso aos viajantes que iam às minas de Mato Grosso e Goiás, como no caso da pequena aglomeração humana que daria origem à vila Maria do Paraguai. As medidas deste formato urbano estabeleciam um modelo de arruamento e ordenação baseado na ortogonalidade das quadras, medindo 40 braças de lado e as ruas de 60 palmos. Esta tendência teria se fortalecido no urbanismo brasileiro após o segundo meado do século XVIII, principalmente nas regiões Sul e Oeste, afim de controlar toda a riqueza que vinham das minas.

Ao analisar o termo de fundação de Vila Maria do Paraguai, nota-se que a preocupação do então governador da época em manter a regularidade das ruas e do estilo arquitetônico das casas na vila se assemelha aos parâmetros do desenho urbano português, principalmente no estilo pombalino:

Contudo como alguns dos alinhamentos não estão conformes ao projeto da boa Polícia como deveriam ser determinou ele o dito Tenente a todos os moradores em nome de S. Exa., que deixando de fazer mais algum benefício a várias Cabanas existentes, só nelas assistissem em quanto se fabricavam casas no novo arruamento que lhe fica prescrito [...]sendo obrigados a não excederem nem diminuir a dita construção na altura de 14 palmos de pé direito na frente de todas as casas que se levantarem e 24 palmos de altura no Cume: outrossim determinou que precisamente chamariam para regular os ditos pés direitos ao carpinteiro João Martins Dias, e na falta deste, outro algum inteligente no ofício a fim de conservar sem discrepância segundo o risco a largura de 60 palmos de ruas que estão assinadas por ele dito Tenente; cuja atualmente demarcadas, e balizadas terão os seguintes nomes a saber a primeira contando do norte, rua d'Albuquerque, a imediata para o sul, rua de Melo, as quais ambas vão desembocar na praça e cada uma delas faz face a mesma do norte e do sul; assim como também as travessas de 30 palmos que dividem os quartéis das ditas ruas, e se denominarão estas travessas, a primeira contando do poente para o nascente, travessa do Pinto, e a que se segue contando também para o nascente, travessa do Rego e no alto da praça da mesma banda do nascente cuja frente fica riscada entre as ruas e travessas ditas com 360 palmos cujo número tem também as mais quadras poderão os moradores erigir a sua Igreja por ficar a porta principal dela para o poente como determinam os rituais; e o mais terreno desta frente da praça por agora se não ocupará em casas, deixando-o livre para as do conselho, e cadeia quando se deverem fabricar. Cada morada dos ditos povoadores não terá mais de cem palmos de comprimento para quintal que lhes ficam determinados para o centro de cada um dos quartéis. (Termo de fundação de Vila Maria do Paraguai, in Cavalcante, 2015, p. 56)

Nota-se que este documento confirma os dizeres anteriores, indicando que a nova vila se enquadrava dentro de um desenho urbano de origem portuguesa em seu estilo pombalino, embora não seja amplamente defendida sua construção para a defesa do território ela não deixava de estar enquadrada dentro das vilas fundadas na capitania de Mato Grosso para tal função, aliás, encontrava-se localizada na margem esquerda de um grande leito fluvial, o rio Paraguai, próxima às missões (jesuítas) castelhanas.

Garcia (2013)³²⁸ ressalta que em seu traçado transparecia a ideia de uma vila projetada, porém, não passava de uma grande praça, em seu lado oeste ela se abria para uma pequena igreja, o lado leste era voltado para a margem do rio e no centro da praça, duas filas de casas de lados opostos. Na figura 07 é apresentado uma pintura mostrando o dia-a-dia da vila e principalmente ressaltando os dizeres anteriores

Moraes (2003), ao analisar o desenho urbano e o Termo de Fundação de Vila Maria do Paraguai descreve-o como um planejamento caprichosamente regulamentado sendo um modelo de regularidade e padronização, com normas claras salientando sobre como deveria ser edificada, como deveria funcionar e delimitava a setorização da vila.

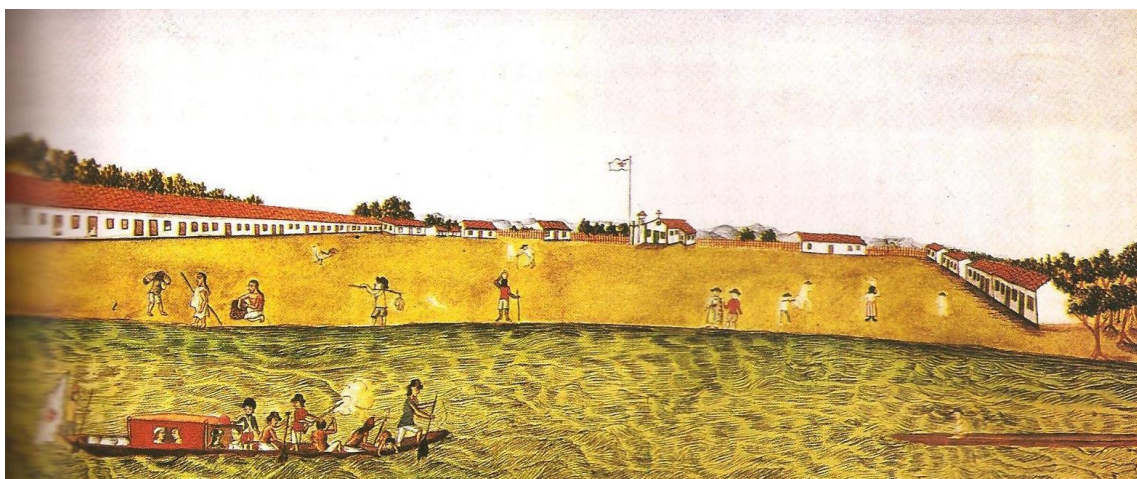
A documentação consultada não deixou lugar para a dúvida, colocando-nos frente a frente com um espaço totalmente planejado, cujo traçado deveria apresentar um alinhamento conforme ao projeto da boa polícia. Esta determinação conferia condições para que o projeto de urbanização de Vila Maria estivesse em consonância com o projeto iluminista, como cidade disciplinar, onde prevaleceria a ordem e civilidade no espaço edificado.

O termo “boa polícia” expressava o conhecimento e a prática dos princípios sociais, morais e éticos da época. Vila Maria estaria em harmonia com a sociedade civilizada europeia, que instaurava princípios e posturas para a disciplina no espaço urbano, desde o tipo de moradia, o traçado de ruas até o dia-a-dia de seus habitantes (Moraes, 2003 p. 67. Grifo nosso).

A construção da vila foi executada por profissionais da área de edificações designado pelo governador Luiz de Albuquerque, tendo a sua frente o engenheiro militar tenente de dragões Antonio Pinto do Regoe Carvalho, um carpinteiro e membros da comunidade. A sua execução possuía uma planta básica e recomendações que deveriam ser cumpridas durante as atividades que eram descritas por meio de cartas régias (Moraes, 2003).

Figura 07: Desenho de Vila Maria do Paraguai.

³²⁸ GARCIA, D.S.C. **De vila a cidade:** impactos da abertura da navegação do rio Paraguai em uma povoação da Fronteira Oeste. In: Simpósio Nacional de História, 27, Natal-RN, 2013. *Anais...* São Paulo, ANPUH. 1-17.



Fonte: Garcia, 2013.

CONCLUSÃO

Vila Maria do Paraguai que mais tarde se chamaria Cáceres, possuía um importante papel dentro do contexto político do Brasil colonial, sendo fundada como ponto estratégico para o confisco do ouro e também como proteção contra a invasão dos espanhóis. Ainda que sua localização estivesse próxima das missões jesuítas castelhanos, o seu desenho urbano se enquadra dentro dos desenhos urbanos portugueses construídos após a metade do século XVII, ou seja possuindo as ideias de geometria e ortogonalidade defendidas pelo Marques de Pombal, que incorporava em seus modelos as ideias iluministas.

Em seu termo de fundação apresenta pontos determinantes para que a vila possuísse um traçado bem elaborado dentro da “boa polícia” tornando vila Maria um espaço planejado dentro dos padrões europeu. A recomendação de um engenheiro militar enfatiza essa hipótese, demonstrando a preocupação do governador em desenvolver uma vila eficiente.

Quanto ao seu desenho, este torna-se resumido perante o desenho urbano elaborado para construir Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital da capitania de Mato Grosso, a qual pode notar claramente um maior desenvolvimento do desenho geométrico e ortogonal defendidos na época. Talvez essa diferença pode-se dizer pela importância que a vila capital exercia, necessitando de um maior número de moradores, situação diferente de Vila Maria do Paraguai, onde havia poucos moradores e em sua maioria casais de índios catequisados advindos das missões jesuítas próximas, não necessitando de um desenho mais elaborado, pois embora fosse denominada de vila, não possuía nem casa da câmara e cadeia e nem o pelourinho, deixando o seu desenho

urbano resumido a uma grande praça central retangular, delimitada por ruas que se entrecruzavam formando um tabuleiro de Xadrez.

